

Previdência garante dar benefícios a aposentado

Dilmar Cavalher — 15/5/87

BRASÍLIA — Os 12 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social podem ficar tranqüilos com relação ao pagamento dos benefícios aprovados pela Constituinte. O ministro interino da Previdência Social, Aloísio Teixeira, disse que recursos para correção das aposentadorias conforme o piso salarial estão garantidos no próprio acordo, do qual consta que, a partir da data de promulgação da nova Constituição, serão destinados cinco sextos do total da verba do Finsocial para essa finalidade, até que o plano de custeio seja executado, o que deverá ocorrer em 18 meses.

O ministro interino da Previdência explicou que, de acordo com o aprovado, deverão ser enviados ao Congresso Nacional dois projetos de lei — um sobre a organização administrativa de seguridade social e o outro sobre um novo plano de custeio e benefícios para aposentados. O primeiro tem prazo de até seis meses para aprovação, e o segundo, de até 18 meses para execução. No intervalo desse período, para o aposentado não ser prejudicado esperando a reforma, os benefícios serão traduzidos em salário mínimo, sendo corrigidos conforme a política salarial, segundo Aloísio Teixeira. "O benefício será traduzido em número de salários mínimos à data da contribuição até a vigência do plano", explicou.

Após a adoção do plano de custeio, poderão ser adotadas novas regras para pagamento das aposentadorias. Aloísio Teixeira ressaltou, contudo, que, no que depender da Previdência Social, o sistema aprovado pela Constituinte não deverá ser alterado, mantendo a correção de acordo com o salário mínimo.

Acréscimo — Aloísio Teixeira esclareceu que a Previdência ainda não tem um cálculo apurado sobre os custos da correção das aposentadorias no seu orçamento. Adiantou, porém, que isso deverá representar um acréscimo de cerca de 18% dos benefícios pagos atualmente pelo Sistema Nacional de Previdência Social, que é de Cz\$ 2 trilhões, ou de 11% sobre as despesas globais, que são de Cz\$ 3,5 trilhões.

De acordo com os cálculos do ministro interino, a partir da data da promulgação da Constituição, se a arrecadação do Finsocial se mantiver no patamar de hoje, de Cz\$ 18 bilhões mensais, Cz\$ 15 bilhões virão para a Previdência. Lembrou, porém, que o próximo orçamento da União deverá prever outras fontes de recursos para custear as despesas com benefícios.

O ministro interino da Previdência também lembrou que as modificações aprovadas pela Constituinte beneficiam



Aloísio assegura correção

num primeiro momento somente os aposentados urbanos. Os aposentados da área rural terão equiparação numa segunda etapa. De qualquer forma, segundo ele, o acordo aprovado corrige uma injustiça com pelo menos 7 milhões de aposentados que recebem menos que um piso salarial.

Aloísio Teixeira disse esperar que os estados e municípios, que hoje devem à previdência Cz\$ 230 bilhões, aproveitem o perdão dos juros aprovados pela Constituinte para quitar seus débitos. Desse total, Cz\$ 78 bilhões correspondem aos juros.

O presidente da União Sindical Independente (USI), Antônio Pereira Magaldi, disse ontem em Brasília, durante reunião da direção nacional da entidade, que os sindicalistas estão preocupados com a distribuição de recursos, no total de Cz\$ 248 bilhões, do Ministério da Previdência para os estados, que os repassarão aos municípios, como parte da descentralização da assistência social. Segundo Antônio Magaldi, os sindicalistas não sabem como o programa está sendo executado e como será fiscalizada a distribuição do dinheiro. "O mais grave é que nem as Câmaras Municipais estão informadas sobre a aplicação das verbas", afirmou o presidente da USI.